

# NORMA(S), DESVIO(S) E JUÍZO(S)

## VI ENCONTRO HISPANO-LUSO DE HISTORIADORES DO DIREITO



\_Kandinsky, Composição VI, 1913, Hermitage\_

**2 e 3 de Julho de 2026**

**Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**

O **VI Encontro Hispano-Luso de Historiadores do Direito** é organizado pelo Grupo de Investigação **Direito em Análise - Oficina de Antropologia, História e Sociologia das Práticas e Representações Jurídicas** do **Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais** da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa \_\_\_\_[www.idpcc.pt](http://www.idpcc.pt)\_\_\_\_[idpcc@fd.ulisboa.pt](mailto:idpcc@fd.ulisboa.pt)

Organização:

Apoio:



### COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Caldeira Fouto | Universidade de Lisboa  
Anabela Brízido | Universidade Nova de Lisboa.  
Francisco Rodrigues Rocha | Universidade de Lisboa  
Filipe de Arede Nunes | Universidade de Lisboa  
João Andrade Nunes | Universidade de Lisboa  
Jorge Silva Santos | Universidade de Lisboa  
Luís Cabral de Oliveira | Universidade de Lisboa  
Margarida Seixas | Universidade de Lisboa  
Miguel de Lemos | Universidade Nova de Lisboa

### COMISSÃO CIENTÍFICA

Antonio Manuel Luque Reina | Universidad Autónoma de Madrid  
Blanca Sáenz de Santa María Gómez Mampaso | Universidad Pontificia de Comillas  
David Magalhães | Universidade de Coimbra  
Enrique Roldán Cañizares | Universidad de Sevilla  
Francisco Javier Díaz Majano | Universidad de Castilla-La Mancha  
Gregorio Alayón Díaz | Universidad de La Laguna  
Imanol Merino Malillos | Universidad del País Vasco  
Héctor Domínguez Benito | Universidad Autónoma de Madrid  
Jorge Silva Santos | Universidade de Lisboa,  
Josep Capdeferro | Universitat Pompeu Fabra,  
María Dolores Madrid Cruz | Universidad Complutense  
María López de Ramon | Universidad Carlos III  
Marina Rojo Gallego-Burín | Universidad de Málaga  
Míriam Afonso Brigas | Universidade de Lisboa  
Pedro López Herraiz | Universidad de Salamanca  
Ricardo Menna Barreto | Universidade do Minho  
Sara Moreno Tejada | Universidad Miguel Hernández  
Sergio Emiliano Villamarín Gómez | Universitat de València  
Susana García León | Universidad Complutense  
Teresa Bouzada Gil | Universidade de Santiago de Compostela

## DIA 2 DE JULHO

| 10h00\_Auditório\_\_\_\_\_ **SESSÃO INAUGURAL: Boas-vindas e conferência plenária\***

### **. Legal History as Critical Analysis of Law: New Historical Jurisprudence in the Dual Penal State**

Markus D. Dubber | Faculty of Law & Centre for Criminology and Sociolegal Studies, University of Toronto

| 11h30\_\_\_Pausa para café

**# 1\_12h00\_ANF. 6\_\_\_\_\_HISTORIOGRAFIA JURÍDICA NO LABORATÓRIO**  
**Moderação: Margarida Seixas**

### **. O corpus de recensões de Paulo Merêa: breve contributo para a análise da sua obra**

David Teles Pereira | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paulo Merêa (1889-1977) foi um exímio praticante da arte de recensear, mas, no cômputo geral da sua obra, as recensões que publicou podem parecer uma espécie *petite histoire*. O estudo que se pretende apresentar analisa as recensões críticas publicadas pelo grande historiador do direito português do século XX, procurando mostra que, longe de constituírem uma *petite histoire* ou um exercício bibliográfico marginal, estas peças são aqui abordadas como um corpus documental sistemático que funciona como câmara de ressonância do seu pensamento e como uma verdadeira autobiografia intelectual, ainda que fragmentária. A investigação baseia-se numa metodologia de história intelectual quantitativa e qualitativa, mapeando locais de publicação, distribuição cronológica, idiomas e autores.

A análise aqui proposta baseia-se em dados retirados de um conjunto recensões identificadas, organizando-as em categorias interpretáveis e procura, a partir delas, delinear algumas tendências e retirar algumas conclusões. Mais do que reconstruir uma cronologia de publicações, trata-se de anotar padrões significativos que permitam compreender o lugar destas recensões no interior da sua bibliografia científica e, simultaneamente, o seu valor para a caracterização do modo como Merêa leu, dialogou e se posicionou perante a historiografia jurídica do seu tempo.

### **. O Direito a partir de Sacher-Masoch e o fogo traído de Prometeu**

Guilherme Moita Gomes | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

O Direito penal tem-se configurado como interveniente de relevo na praxis sociocomunitária. Seja na sua constituição, como na sua realização, é permanentemente confrontado com a necessidade de estabelecer a ponte semântica entre o ser-aí e o dever-ser; perante a recusa de ser ponte (assim a jurisprudência e as alterações legislativas o demonstram), revela-se como um discurso de morte, desverbalizador, onde se despersonaliza para no ato judicativo se estabelecer duplo.

Em ARENDT e DERRIDA compreendemos a sua mistificação: a força subverte o Direito enquanto Direito ao mesmo tempo que mantém o sentido do seu referente fundamental (o *iustum*) – note-se: sentido sem referente, o direito fetichiza-se e vira ele

próprio sentido, sinal e referente –, e procede a um ritual de autoflagelação onde na verdade pretendia apenas flagelar.

O sujeito negado no mundo da vida, self patológico, surge em juízo despido de si; ulteriormente, em sede de condenação, o Tribunal será verdugo e colocará o último prego na socialidade daquele. Ponto é que, em se legitimando o Direito no sujeito e fazendo-se este do direito que visa concretizar aquela transpositividade, encontra-se no ato de julgar uma autocondenação através da norma de decisão: é o Tribunal que se encontra, enquanto órgão e representante do povo, em juízo.

Será afinal o contrato social não o que o liberalismo pretendeu, mas antes um sinal cujo sentido se encontra em SACHER-MASOCH? Será afinal a bela alma uma consciência naturalmente má? Pretenderá o arguido emancipar-se através do contrato Mestre-Servo e assim passar da inessência à essência? Neste questionamento visa-se compreender se a prática jurisdicional, através de um funcionalismo excessivo ou de uma importação das patologias sociais, estabeleceu uma circularidade sádico-masoquista, onde o mal não existe pelo mal (num sentido sadeano), mas pelo facto de o Tribunal projetar no arguido o seu desejo de morte.

## **. Orgulho e preconceito – da distância disciplinar entre história do direito e antropologia jurídica no estudo do crime**

Miguel de Lemos | CEDIS, NOVA School of Law

A comunicação parte de uma questão metodológica com especial incidência no domínio do direito penal: por que razão o direito, em geral, e a História do Direito, em particular, continuam a integrar de forma tão limitada os contributos da Antropologia Jurídica para o estudo histórico das formas não estatais de incriminação, sanção, punição e resolução de conflitos?

O problema não resulta da inexistência de pontos de contacto entre os dois campos, mas da persistência de uma distância disciplinar assente em hierarquias epistemológicas, preferências documentais e pressupostos conceptuais que tendem a identificar o jurídico - e, de modo ainda mais marcado, a sua dimensão penal - com formas estatais, escritas, centralizadas e institucionalmente diferenciadas. Essa distância não constitui um simples efeito neutro da especialização académica. Traduz também uma combinação de orgulho e preconceito: orgulho, na confiança dos juristas nas categorias dogmáticas, nas fontes escritas e nas formas jurídicas produzidas pelo Estado; preconceito, na tendência para encarar a Antropologia Jurídica e as suas metodologias como periféricas, impressionistas ou excessivamente relativistas e, por isso, pouco aptas a contribuir para uma compreensão rigorosa do fenómeno jurídico.

No campo penal, este enviesamento revela-se de forma particularmente nítida. Aquilo que não assume a forma de crime legalmente tipificado, pena pública, jurisdição criminal ou aparelho repressivo tende a ser remetido para o plano do meramente social, do consuetudinário, do informal ou do *pré-jurídico*, mesmo quando desempenha funções reconhecíveis de imputação, censura, contenção da violência, reparação e restauração da ordem. É neste ponto que a lição de Malinowski conserva actualidade: ao mostrar que a ordem normativa não depende apenas de instituições penais formalmente diferenciadas, obrigou a repensar os critérios a partir dos quais o jurídico - e, em particular, o âmbito penal - é reconhecido.

A comunicação organiza-se em torno de três problemas: o arquivo, a tradução conceptual e a escala. Sustenta-se, em suma, que o afastamento entre História do Direito e Antropologia Jurídica não é neutro: ele restringe o campo do visível jurídico e contribui para a reprodução de uma imagem excessivamente estatal do direito penal. Reaproximar estes dois campos não exige diluir a especificidade da História do Direito;

exige, antes, rever criticamente os seus instrumentos de análise, de modo a tornar possível uma história mais plural das formas de nomeação da ofensa, atribuição da responsabilidade e produção da ordem para além do Estado.

## **. Da Ciência do Direito Penal reflexiva à historiografia crítica do Direito Penal contemporâneo**

Jorge Silva Santos | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Na comunidade interpretativa formada pelos universitários portugueses que cultivam a Ciência do Direito Penal – na qual se destacam, como paradigmas axiais, as práticas discursivas de Jorge de Figueiredo Dias e Maria Fernanda Palma – está há muito enraizada a ideia de o domínio proficiente da disciplina não poder ser reconduzido a um domínio das normas jurídico-penais nem da dogmática que possibilita a positivação legal e determina a utilização judicial das primeiras, mas antes do que já foi chamado ciência total ou conjunta do Direito Penal, que acrescenta, antepondo, à referida dogmática, os saberes das múltiplas e interdependentes ciências criminais e da política criminal, disciplinas estas autenticamente conformadoras da primeira. Tal forma de pensar e praticar a Ciência do Direito Penal, que apresenta várias *semelhanças de família* com a subjacente ao projecto da História do Direito como análise crítica do Direito proposto por Markus Dubber, suscita vários desafios a qualquer historiografia jurídica de feição rankeana, que, prescindindo de qualquer das vias de ruptura epistemológica reconformadoras das ciências humanas na segunda metade de novecentos, insiste em querer ver nas fontes o que lá está como se lá estivesse efectivamente algo dotado de um sentido próprio e independente de operações hermenêuticas, sobretudo se associada à crença na autonomia do jurídico face a contextos sociais, políticos, económicos, culturais, i.e., face à sua irreduzível historicidade enquanto produto de práticas humanas.

Ao reconduzir as normas jurídico-penais e a dogmática que as anima a um palco poliedricamente habitado em que se confrontam diferentes concepções societárias, posições sociais, crenças culturais, finalidades políticas, teorias e práticas científicas e judicativas, palco em que quotidianamente se joga afinal o sentido e os limites do Direito Penal nas sociedades contemporâneas juridicamente configuradas como Estados de Direito democrático, esta visão obriga a uma redefinição dos objectos e dos métodos de quaisquer operações de historiografia jurídica que tenham a pretensão de ser criticamente orientadas, i.e., que antecedam essas mesmas operações de uma auto-objectificação centrada no papel constitutivo que o desenho do objecto, do método e do objectivo da investigação desempenha na conformação dos resultados obtidos e, conseqüentemente, na visão dos fenómenos jurídico-penais apresentada a final como dotada de legitimidade científica.

Pretendo, na comunicação, discutir as conseqüências de, na escrita da História do Direito Penal, prescindir-se do acervo produzido por esta comunidade interpretativa, como recentemente fez, assumindo uma perspectiva estritamente jurídica, inspirada nas propostas de Cabral de Moncada, Sílvia Alves, num relatório sobre a disciplina elaborado para provas de agregação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## **# 2\_12H00\_ANF. 7 \_\_\_\_\_ IMPUTAÇÃO AFORA A CULPA: ESTUDOS HISTÓRICO-JURÍDICOS**

Coord.: Robert Junqueira

A História do Direito conhece a interrogação desconcertante sobre quem deve ser responsabilizado quando há dano sem que haja intento. Trata-se de uma inquietação

que se arrasta através dos séculos mas que não perde atualidade, reaparecendo em contextos institucionais, sancionatórios e tecnológicos profundamente distintos. O cerne da dificuldade ultrapassa o âmbito teórico-técnico da órbita jurídica: a própria vida em sociedade conduz a circunstâncias em que há danos sem que a culpa se possa atribuir diretamente a alguém, seja no exercício de funções públicas, na regulação de condutas ou na gestão de quaisquer atividades geradoras de risco. O presente painel não aborda esta complexidade como uma mera perturbação funcional sujeita a reparo, mas enquanto fenómeno multifacetado que requer objetificação criticamente controlada, quer na sua historicidade, reconhecendo os diferentes momentos em que o pensamento jurídico se deparou e respondeu a desafios relacionados, quer na sua sistematicidade, refletindo as estruturas subjacentes às crises correspondentes e aos respetivos aprofundamentos e superações, quer ainda no que se refere à ininterrupta articulação entre estas duas dimensões. É nesta confluência, sob uma luz que privilegia a historicidade, que nos empenhamos aqui em compreender a imputação para além da culpa, não necessariamente como um afastamento da lógica jurídica, mas antes como uma sua tendência que se tem vindo a observar consistentemente no longo prazo e que revela uma dinâmica de atribuição de responsabilidade pelo dano à esfera originária do risco associado, ainda que este se manifeste em diversas configurações concretas.

**. Já os prudentes o viram: do Regulamento (UE) 2024/1689 ao 'quasi ex delicto'**

Robert Junqueira | JusGov, Universidade do Minho

**. Quando o dano não tem autor. A atividade dos conselheiros-embaixadores e a imputação do risco político na Restauração da Independência**

Judite Gonçalves de Freitas | JusGov, Universidade do Minho

**. Direito e sanção: uma perspetiva histórico-antropológica**

Ricardo de Macedo Menna Barreto | JusGov, Universidade do Minho

**. Do domínio do fumo à autonomia do risco: a evolução dos pressupostos da tutela urgente em Portugal**

Isabel Celeste Fonseca | JusGov, Universidade do Minho

| 13h45\_\_Almoço

**# 3\_14H45\_ANF. 6 \_\_\_\_\_ ENSINO E REPRESENTAÇÃO DO DIREITO**

**Moderação: Gregorio Alayón Díaz**

**. El libro “perdido” de los doctores: el máximo grado en derecho en España (1914-1930)**

Javier Carlos Díaz Rico | Universidad Complutense de Madrid

Me gustaría presentar una pequeña aportación al estudio del doctorado en la universidad liberal española. Existen importantes publicaciones al respecto.

El catálogo de Aurora Miguel Alonso muestra que el doctorado en el siglo XIX estaba centralizado en la Universidad Central -con excepciones- y consistía en tesis breves de carácter más ceremonial que investigador<sup>1</sup>. Martínez Neira y José María Puyol

---

<sup>1</sup> Miguel Alonso, A. (2000). Doctores en Derecho por la Universidad Central: catálogo de tesis doctorales (1847-1914). Universidad Complutense de Madrid.

analizan la evolución en el siglo XX hacia un modelo más científico, especializado<sup>2</sup>, y por fin, descentralizado. Ambos trabajos evidencian el papel clave de la universidad madrileña en la formación de las élites jurídicas españolas.

Sin embargo, entre ambos catálogos quedaba un periodo sin cubrir: 1914-1930. Un momento clave en la ciencia jurídica española, que se internacionaliza y moderniza. La trabajosa búsqueda en el Archivo General de la Universidad Complutense de Madrid (AGUCM) y la inestimable ayuda del personal facultativo ha posibilitado el hallazgo de un instrumento que permite reconstruir el periodo mencionado: el Libro de grado de doctor de la facultad de derecho (tomo 1900-1930).

Se trata de una fuente distinta a la empleada por Aurora y Martínez Neira/Puyol, el Libro de Actas del grado de doctor. En el Caso de la fuente principal fue el Libro de Actas. Por el contrario, el Libro de grado de doctor es un simple registro del negociado de la facultad de derecho que recoge los trámites relacionados con la obtención del doctorado. La información se organiza en quince columnas, que incluyen entre otros datos los apellidos y nombre, el municipio y provincia de nacimiento, la universidad de origen, el tipo de alumno (oficial o libre), las fechas del ejercicios y la calificación.

La presente investigación pretende ofrecer a investigadores e investigadores un inventario comprensivo de los nombres de estos 400 doctores (aproximadamente) y el título de sus respectivas tesis. Para ello se empelará el catálogo de la Biblioteca de la Universidad Complutense y la propia sección de tesis de la Biblioteca histórica Marques de Valdecilla, donde se conservan en muchas ocasiones las tesis originales.

Me parece que los posibles usos de este catálogo serán importantes. Una opción, suerte de análisis cuantitativo, ya la apuntó Martínez Neira en la introducción de su catálogo: ¿cuántos obtenían el grado de doctor en cada curso académico?, ¿qué porcentaje suponían sobre los licenciados?, ¿quiénes eran?, ¿cuántas mujeres encontramos entre los doctores?, ¿de dónde procedían social y geográficamente?, ¿qué edad tenían los doctores al graduarse?, ¿cuánto tiempo invertían en este periodo de formación?, ¿cómo lo aprovechaban?

## **. La Facultad de Derecho de Valencia en la Transición**

Beatriz Álvaro Frígols | Universitat de València

La Facultad de Derecho de Valencia durante la transición se convirtió en un espacio de debate entre las demandas del estudiantado y las posiciones de profesorado. Esta situación llevará a importantes cambios en la institución.

Mediante la revisión de las Actas de Junta de Facultad, centro mi estudio en dos pilares fundamentales: los estudiantes y el profesorado. Sobre el primer grupo, los estudiantes, analizo sus propuestas y reivindicaciones. Con sus pretensiones pasarán a ser un actor central en la demanda de democratización universitaria, dando lugar a incidentes que pondrán de manifiesto la intensidad de sus solicitudes. Sobre el profesorado examinaré la diversidad de reacciones a los requerimientos estudiantiles. Existen voces orientadas a preservar la estabilidad institucional, otras más cautas y reservadas en sus pareceres y algunos planteamientos abiertamente reformistas que apoyan los cambios propuestos. Asimismo, haré alusión a los procesos de renovación, tanto de los órganos de gobierno, como del personal investigador. Presentaré de forma sintética las tesis doctorales, las jornadas científicas y otras actividades relevantes que puedan ilustrar ciertas líneas de investigación y nuevos enfoques metodológicos.

---

<sup>2</sup> Martínez Neira, M. (2001). La evolución del doctorado en Derecho en España durante el siglo XX. Universidad Carlos III de Madrid.

## **. A (re)construção do Direito Público pela Escola de Lisboa no final do Estado Novo**

Pedro Rebelo Botelho Alfaro Velez | Universidade Europeia (Lisboa)

O atual, liberal-democrático/democrático pluralista de tipo ocidental, direito público português – sobretudo em sentido subjetivo, enquanto ciência; mas também em sentido objetivo – tem raízes no período terminal do Estado Novo, com a sua específica contextura de temas de problemas. Procuraremos mostrá-lo, meditando nos percursos académicos de três juristas, três juspublicistas da escola de Direito Público de Lisboa que foram fundadores da III.<sup>a</sup> República portuguesa: Jorge Miranda, por vezes classificado no espaço público como «o Pai da Constituição» (dado o seu papel na Assembleia Constituinte e a influência sobre várias gerações do seu divulgado manual), seguramente «O Jurista do Constitucionalismo Democrático» (na expressão de Marcelo Rebelo de Sousa); Diogo Freitas do Amaral, líder do histórico CDS (Centro Democrático e Social) e homem de Estado, nome maior na afirmação e na renovação da Ciência do Direito Administrativo no pós 25 de abril; e Marcelo Rebelo de Sousa, ator chave no “tempo de vésperas”, no tempo revolucionário e no tempo constitucional, ex Chefe de Estado, cultor das ciências jurídico-públicas, original racionalizador do advento de um «Estado de Partidos».

## **. Para uma iconologia da Justiça em Portugal: símbolos, cultura e pensamento jurídico**

João Andrade Nunes | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A Justiça, desde cedo, ganhou consistência social com interesse bastante para extravasar do campo jurídico para o campo das representações visuais e da arte. Da cultura egípcia à nossa contemporaneidade, multiplicam-se as formas de a retratar. Não numerosos, mas significativos, são já os estudos iconográficos e iconológicos que sobre si se têm debruçado. Porém, sobre tais representações na pintura, escultura e obras jurídicas de aparato portuguesas, quando não inexistentes, esses estudos mostram-se deveras escassos. Ao traçarmos o nosso roteiro investigatório, contrariamente ao verificado em outros contextos europeus, percebemos uma certa escassez iconográfica da Justiça até ao século XVIII. Ao invés, mais corrente será a sua inscrição em dispositivos visuais de natureza teológica e política enquanto “ideia de justiça” (v.g. bom e mau juiz, juízo final, rei justo, S. Miguel Arcanjo). As representações imagéticas da Justiça, configurando uma perceção externa – subjetiva mas passível de análise objetiva – não podem ser desligadas dos fatores socioculturais e do pensamento jurídico epocal. Destarte, após boa identificação de tais representações, serão confrontadas com a tradição iconológica europeia, evidenciando as especificidades do contexto nacional.

# 4\_14h45\_ANF. 7 \_\_\_\_\_ **DIREITO INTERNACIONAL EM CONSTRUÇÃO**

**Moderação: Ricardo Menna Barreto**

## **. Antes del redescubrimiento de los “maestros españoles”: la “Escuela de Salamanca” en el Institut de Droit International (1873-1914)**

Pedro L. López Herraiz | Universidad de Salamanca

Yendo más allá de las importantes lecturas y la recepción del pensamiento de la Escuela de Salamanca en las primeras décadas del siglo XX en espacios como la *American Society of International Law* y el *Carnegie Endowment for International Peace* y a través de figuras como James Brown Scott o Camilo Barcia Trelles, esta ponencia pretende poner el foco en otro espacio, el *Institut de Droit International* (IDI), en cuyo seno la referencia a los trabajos de Francisco de Vitoria, Francisco Suárez o Domingo de Soto fue menor a la hora de construir una tradición de la incipiente disciplina del derecho internacional moderno.

A través de una radiografía de los textos producidos en el seno de la organización o ligados a ella, revisando, en concreto, sus *Annales* (que recogen, principalmente, las discusiones y declaraciones de sus sesiones anuales) y la *Revue de Droit International et de Législation Comparée* (que contiene estudios científicos, noticias, reseñas, etc.) en una cronología que iría de 1868 a 1914. La figura que desde el IDI más hizo por promover las ideas de la Escuela de Salamanca es la del belga Ernest Nys, pero también podemos encontrar referencias en James Lorimer, Gustave Rolin-Jaequemyns o Alphonse Rivier.

El objetivo de este acercamiento es preguntarnos por la naturaleza de las lecturas de la Escuela en el IDI en comparación con las de otras figuras que también fungieron como “padres” o “antecedentes” de la nueva disciplina (Alberico Gentili o Hugo Grocio), por el sentido en qué estas se llevaban a cabo a propósito de cuestiones como la expansión colonial o la guerra justa y por el peso que en ellas pudieron tener consideraciones nacionales o la propia celebración en Madrid de la reunión anual de 1911.

## **. Del Tratado de Utrecht al conflicto medioambiental: historia jurídica de las aguas de Gibraltar**

Celia Hernández Cañete | Universitat de València

La dimensión medioambiental del conflicto jurídico actual en Gibraltar deriva del marco histórico fijado por el Tratado de Utrecht de 1713. La formulación de su artículo X dio lugar, desde un primer momento, a interpretaciones divergentes sobre su alcance, configurando un desacuerdo persistente en torno a la atribución o no de soberanía y respecto a los límites del territorio cedido. Sobre esta base histórica se implementó con posterioridad el derecho internacional del mar, aportando las categorías necesarias para comprender la configuración contemporánea de los espacios marítimos, pero sin resolver el conflicto originario, cuya superación requiere, de conformidad con la doctrina descolonizadora de Naciones Unidas, un acuerdo entre el Reino Unido y España. La persistencia de un problema de soberanía de esta naturaleza condiciona la aplicación del derecho internacional del mar y de la normativa relativa a la protección del medioambiente, que ha adquirido una relevancia creciente y ha dado lugar a situaciones de solapamiento tanto regulatorio como competencial. La protección del medioambiente marino se configura así como una de las manifestaciones contemporáneas del conflicto, proyectando sobre él las consecuencias jurídicas de un desacuerdo histórico no resuelto.

## **. Mecanismos de Transformação do “Hospitium” Romano para o “Ius Communicationis” Escolástico: Um Estudo Analítico da Metamorfose Conceptual no Direito Internacional do Início da Era Moderna**

Sandro Alex Sousa Simões | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A transformação do “hospitium” romano para o “ius communicationis” escolástico representa uma das metamorfoses conceptuais mais significativas, mas menos compreendidas, da história do direito internacional. Embora os estudiosos tenham documentado amplamente o conteúdo doutrinal tanto das instituições romanas de hospitalidade como das teorias escolásticas espanholas sobre os direitos de comunicação, os mecanismos específicos através dos quais esta transformação ocorreu — as pontes conceptuais, os fatores mediadores e as rupturas que permitiram a reconceitualização de uma instituição noutra — permanecem insuficientemente analisados. Este relatório aborda esta lacuna analítica, concentrando-se especificamente no próprio processo de transformação.

Ao nosso entender, a questão analítica central não é “o que” mudou, mas “como” e “porquê”. Assim, como é que uma instituição bilateral e recíproca de amizade entre indivíduos ou comunidades específicas foi reconceitualizada como um direito universal e unilateral de comunicação aplicável a toda a humanidade? Que mecanismos teológicos, filosóficos e jurídicos possibilitaram esta transformação? Que elementos conceptuais serviram de pontes e que descontinuidades marcaram rupturas genuínas no pensamento jurídico?

**. Da construção oitocentista do direito internacional humanitário à concretização da responsabilidade penal internacional: para uma análise histórico-jurídica do problema da normatividade do Direito Internacional Público**

Ana Caldeira Fouto | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Recorrentemente o desenrolar de eventos bélicos internacionais suscita a revisitação de teses negadoras do Direito Internacional Público.

Este fenómeno é especialmente aliciante para o historiador do direito, uma vez que permite apreciar um processo histórico de desenvolvimento de discursos jurídicos questionadores da juridicidade de um ramo do direito – e permite, por isso, identificar o que historicamente é considerado como elemento essencial dessa juridicidade. Na história do Direito Internacional Público, *norma*, *desvio* e *juízo* têm sido não só constantemente questionados e densificados, mas o sentido jurídico da sua aplicação tem sido também diligentemente examinado.

Questionar a essência da juridicidade para aferir da natureza jurídica do Direito Internacional Público tem sido, assim, um exercício identitário, o que não deixa de ser paradoxal, já que se trata de um ramo do direito, já multissecular, identificado e autonomizado nas mais antigas fontes do direito.

Pretendemos centrar a nossa análise na doutrina jurídica oitocentista subjacente ao desenvolvimento do direito internacional humanitário – muito particularmente à organização dos grandes tratados codificadores (a Convenção de Genebra de 1864; a Declaração de S. Petersburgo de 1868; as Convenções da Haia de 1899) – e à sua evolução e concretização no primeiro quartel do século XX. Em especial, pretendemos demonstrar a interação entre a linguagem política e o discurso jurídico, que reflecte o consenso sobre um operativo complexo normativo de direito internacional, e como os seus efeitos e limites podem ser aferidos na análise da Parte VII (“Penalidades”) do Tratado de Versailles (artigos 227.º a 230.º), de 1919, e da sua concretização histórica.

Da identificação da norma e do desvio, ao teste difícil da tentativa do juízo, uma análise do processo de consolidação do sistema normativo do direito internacional humanitário (especialmente representado nos instrumentos normativos dedicados à limitação do uso da força na ordem jurídica internacional elaborados e aprovados entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX) através do desenvolvimento dos mecanismos

de responsabilização internacional servirá para aferir em que medida a juridicidade do direito internacional público foi historicamente entendida, testada, enfim, *construída*.

|\_16h30\_\_Pausa para café

**# 5\_17h00\_ANF. 6\_REFRAÇÕES DO PLURALISMO JURÍDICO MEDIEVAL E MODERNO**  
**Moderação: Ana Caldeira Fouto**

**. ‘La ley del reino es ley’: interpretaciones del deber de obediencia al Derecho gentil entre los juristas judíos de la Corona de Aragón (S. XIII y XIV)**

Mario Macías López | Universidad Internacional de Cataluña

En el judaísmo medieval, tal y como ocurría en el cristianismo y el islam, la frontera entre lo jurídico, lo político y lo teológico era difusa. Los fundamentos de su sistema legal, conocido en hebreo como *Halajá*, se cimentaban en la creencia de que estos habían sido revelados por un dios único que había escogido específicamente al pueblo judío para que lo sirviera. Es decir, el Derecho judío estaba sancionado por Dios y su respeto y aplicación cumplían una finalidad teológico-política indispensable para preservar el judaísmo. Sin embargo, y a diferencia de las otras dos grandes religiones abrahámicas, el judaísmo medieval tenía la peculiaridad de carecer de un territorio propio donde pudiera materializarse esta comunidad político-religiosa. Al contrario, se encontraba sometido a distintos señores, fueran musulmanes o cristianos, que no compartían e incluso denostaban su religión. Esta falta de soberanía ponía a las comunidades judías en la tesitura de encontrar un equilibrio entre la obediencia al señor del lugar y el respeto a sus propios preceptos.

El corpus jurídico posbíblico, compilado ya tras el desmantelamiento de las estructuras políticas propias y cuya máxima expresión se encuentra en el Talmud, trató de aportar una solución a esta dicotomía mediante el principio ‘la ley del reino es ley’ (*diná de-meljutá diná*) o, dicho de otro modo, la ley de los soberanos no judíos debe ser obedecida. El Talmud enuncia este principio en varios de sus tratados, pero sin desarrollar su alcance y sus límites. Es decir, preguntas esenciales como hasta dónde llega este deber de obediencia, qué normas deben ser respetadas y cuáles no, o cuál es la relación entre las normas del reino y las judías quedaban sin respuesta. Esta tarea quedó en manos de las generaciones posteriores de juristas, quienes, al carecer de autoridades religiosas centralizadas, propusieron una gran variedad de interpretaciones condicionadas por el momento, el lugar, la tradición local, la escuela de pensamiento y la orientación política. Cabe destacar el papel de las colecciones de *shelot u-teshuvot* (dictámenes jurídicos) como medio para vehicular sus teorías.

Nuestra intención en esta comunicación es presentar las interpretaciones y estrategias de conciliación entre ambos ordenamientos propuestas por cinco de los más relevantes juristas judíos de la Corona de Aragón entre los S. XIII y XIV: Moshe ben Nahman (m. 1270), Shlomo ben Adret (m. 1310), Menaḥem Meiri (m. 1315), Nissim de Girona (m. c. 1380) e Isaac ben Sheshet Perfet (m. 1408).

**. Manuscibir un Fuero. Tradiciones documentales y ubicaciones jurídicas comunitarias en la Monarquía de España del Antiguo Régimen: el caso de Vizcaya y su Fuero**

Imanol Merino Malillos | Euskal Herriko Unibertsitatea

La imprenta tuvo un gran impacto en el mundo jurídico del Antiguo Régimen. Su importancia en la difusión de las normas y la doctrina fue fundamental en la conformación y evolución de la cultura jurídica de las tierras europeas desde su invención a mediados del siglo XV. Sin embargo, no todos los documentos jurídicos fueron impresos, y algunas las fuentes jurídicas quedaron en el plano manuscrito. Así, doctrina y alegaciones ‘corrieron (profusamente) manuscritas’ (Fernando Bouza), e incluso textos normativos antiguos podían no ser leídos impresos por distintos motivos. Pero tampoco que un ordenamiento contará con una edición impreso (tras el complejo proceso que desembocaba en ello) conllevaba que no pudiera volver a escribirse o leerse manuscrito. Determinados momentos, contextos o lógicas podían llevar a que, apartándose de las versiones impresas, se recurriera a ejemplares amanuenses. Analizando el caso del Fuero de Vizcaya, observaremos en qué momentos y por qué se hicieron versiones manuscritas de ese ordenamiento, y también dónde se hicieron, pues todo ello nos permitirá no sólo observar distintas vertientes de la cultura jurídica del periodo, sino también comprender la ubicación del Señorío de Vizcaya y la comunidad vizcaína en el conjunto de la Monarquía.

### **. La Casa del Raïm**

Daniel Álvarez Gómez | Euniv – Universitat Europea

La Casa del Raïm, en el término del antiguo Lavit (Torrelavit, en el Penedès), fue fundada por un castellano de los barones de Ódena, cuya sucesión adoptó el topónimo como patronímico. Si la presencia de los Ódena en el castillo de Lavit y en dicha casa, así como su vinculación con los Cardona, han sido estudiadas en algunas publicaciones (ya por Coll d'Alentorn y en otras más recientes), los Lavit (también conocidos como Çavit), que fueron poseedores alodiales de la casa durante cinco generaciones (ss. XII-XIV), merecen más atención, como evidencian las decenas de documentos que es posible consultar en el Fondo Lavit del Archivo de la Catedral de Barcelona (pocos de los cuales han sido editados). Esta familia fue adquiriendo progresivamente propiedades que entregó en feudo, mientras ascendía en la escala nobiliaria. Las esposas eran llamadas del Raïm y parece que, en su condición de viudas, tuvieron cierta preponderancia en la administración de la herencia. Este es el caso de Sibila del Raïm (s. XIII), alodera de numerosos masos que le pagaban censos anuales y los cuales su hijo, Jaime de Lavit, primer caballero del linaje, recibió en buen estado. Este apogeo, sin embargo, se desvaneció de repente en la segunda mitad del siglo XIV, como muestran dos testamentos de dos herederos sucesivos. Fue quizás la peste negra la que acabó con la descendencia del último de los Lavit y su viuda, Sancha del Raïm (emparentada con los Canyelles, de notable fama en la Corte), tuvo que ceder la herencia a una institución eclesiástica, la Pia Almoína de la Catedral de Barcelona.

### **. El Derecho Maestral del Campo de Calatrava: Una Pervivencia Enfitéutica en la Mancha (siglos XIII-XIX)**

Jesús Viñas González | Universidad de Castilla-La Mancha

La presente ponencia tiene por objeto el análisis de la configuración y práctica del Derecho Maestral del Campo de Calatrava. Este derecho, pese a la controversia existente en cuanto a su naturaleza, define un orden normativo complejo, resultado de la interacción entre los privilegios regios, disposiciones internas de la Orden y prácticas jurídicas locales. Las tensiones existentes entre norma y práctica no constituyen

anomalías del sistema, sino que son rasgos propios e inherentes al funcionamiento del derecho maestral. En este sentido, el Campo de Calatrava se revela como un espacio privilegiado donde apreciar el pluralismo jurídico bajomedieval castellano, así como los procesos de redefinición y progresiva integración de las jurisdicciones señoriales en la órbita de la monarquía.

**# 6\_17h00\_ANF. 7\_\_\_\_\_ O GOVERNO DOS BENS: APROPRIAÇÃO, USO E TRANSMISSÃO**  
**Moderação: Sergio Emiliano Villamarín Gómez**

**. Aleatoriedade e equivalência das prestações na compra e venda (*laesio ultra dimidium*). A opinião de Aires Pinhel**

Francisco Rodrigues Rocha | CIDP, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Aires Pinhel preocupa-se, na sua importante monografia *De rescindenda venditione*, de um tema muito discutido, a partir de dois famosos textos do período já tardo-clássico: a rescisão do contrato pelo vendedor por lesão enorme, ou seja, quando preço fosse inferior a metade do justo (C. 4.44.2 ou 8). Todavia, o próprio direito romano reconhecia a existência de vinculações que não assentavam numnexo de equivalência, como sucedia, por ex., nas chamadas *emptio spei* ou *emptio rei speratae*. Na presente comunicação, procuramos explorar este tópico, a partir da obra de Aires Pinhel.

**. Los primeros años del régimen hipotecario español en Puerto Rico (1861-1898): una historia de la constitución de la propiedad contemporánea a través del Registro ultramarino**

Boliá Doubai Sánchez | Universidad Autónoma de Madrid

El sistema de publicidad inmobiliaria de Puerto Rico fue el más longevo de cuantos España exportó a sus provincias ultramarinas. La isla mantuvo el régimen hipotecario español durante un siglo, superando con creces a Cuba, a Filipinas y a las posesiones africanas.

El discurso colonial de la Administración ultramarina y de los juristas que analizaron el régimen de propiedad en Puerto Rico se articuló por oposición a los modelos de Cuba y Filipinas. Frente a Cuba, la propiedad puertorriqueña se percibía como minifundista y sencilla; frente a Filipinas, Puerto Rico se proyectaba como una isla civilizada, fecunda, de clima benigno y población laboriosa. La construcción de este imaginario permitió presentar a la pequeña Antilla como el terreno más fértil para el éxito de la Ley Hipotecaria española.

No obstante, una comprensión profunda del sistema registral en Puerto Rico exige trascender el análisis de las fuentes legislativas e impresas. Resulta imprescindible acudir al archivo para contemplar la realidad del proceso. Es en la documentación producida por las autoridades insulares y metropolitanas donde se revelan el funcionamiento real de los registros y la evolución material de la propiedad. Ello permite documentar el desarrollo de una doctrina hipotecaria ultramarina que evolucionó con cierta autonomía respecto a la peninsular, y que aportó respuestas a interrogantes que, de otra forma, permanecerían ocultos.

La investigación archivística revela que la aparente sencillez de la propiedad inmueble en Puerto Rico no significó que el traslado de los antiguos asientos de

hipotecas fuera una mera traslación literal. Por el contrario, se revela una labor casi creativa por parte de los registradores puertorriqueños: bajo su pluma, los vestigios del antiguo régimen dominical fueron cribados, las cargas obsoletas quedaron descartadas y emergieron únicamente los granos de la nueva propiedad moderna. Los “escombros” del viejo dominio, por escasos que fueran en Puerto Rico, debieron atravesar este complejo proceso de depuración jurídica para tener cabida en el nuevo orden de la propiedad privada contemporánea.

La presente ponencia propone abordar esta historia del Registro de la Propiedad en Puerto Rico a través de los expedientes producidos por la Administración colonial española entre 1861 y 1898, año en que Puerto Rico pasó a soberanía estadounidense, si bien el régimen hipotecario español permanecería vigente hasta 1979. El objetivo es analizar las causas de su longevidad frente a los otros territorios coloniales españoles, y poner de relieve el papel constituyente del Registro de la propiedad contemporánea.

### **. Ordenar la vida más allá de la muerte: testamentos del clero onubense en el siglo XIX**

Jesús Jimeno-Borrero | Universidad de Málaga

La presente comunicación tiene como objetivo primordial el estudio de los testamentos otorgados por presbíteros en el período de los primeros proyectos de Código Civil, en concreto, entre el primer Código Civil en España durante el Trienio Liberal y los trabajos de preparación del segundo proyecto de 1851, cuya dirección fue liderada por el reconocido jurista Florencio García Goyena. Esta comunicación intenta aproximarse desde una óptica eminentemente técnico jurídica, analizando la legítima, los legados o las disposiciones de libre disposición. Sin embargo, he considerado necesario aproximarse a la dimensión antropológica, observando también el valor de la familia y de las disposiciones o donaciones pro anima realizadas por un clero que vive un período de especial complejidad; un entorno bisagra entre el Antiguo Régimen y el liberalismo de las desamortizaciones y el laicismo.

## DIA 3 DE JULHO

### # 7\_10h00\_ANF. 6\_\_\_ **DISCIPLINAR O GÉNERO NA INVENÇÃO DO DIREITO DA FAMÍLIA**

**Moderação: Pedro L. López Herraiz**

#### **. O género como elemento determinante na construção do Direito da Família Português presente no Código Civil de 1966. O casamento em particular**

Míriam Afonso Brigas | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pretende-se, com a presente comunicação, analisar os pilares da formação do Direito da Família Português de novecentos, mais concretamente o modo como o Código Civil de 1966 elaborou sobre algumas instituições jurídico-familiares, designadamente o casamento e o poder paternal. O enfoque da apresentação será, essencialmente, na forma como a definição de um regime jurídico de direitos e de deveres assenta na diferença de papéis atribuídos aos vários sujeitos jurídicos, designadamente ao homem e à mulher, conferindo-lhes diferentes capacidades jurídicas. Igualmente relevante é a forma como são assumidas as funções de progenitores, uma vez que a diferenciação de poderes atribuídos a cada um destes sujeitos assenta numa construção prévia acerca do exercício da maternidade e da paternidade, que importa analisar e procurar compreender. O aparecimento de regimes jurídicos aplicáveis aos sujeitos vulneráveis demonstra a importância que, em várias situações, se atribuía ao género, de forma a justificar uma reconhecida diferente proteção jurídica, com as limitações daqui decorrentes, nomeadamente em matéria familiar, aquela que particularmente nos interessa.

Será, ainda, identificada a doutrina relevante invocada para justificar as soluções jurídicas adotadas, atendendo ao contributo que domínios do conhecimento como a Antropologia, a Filosofia e a Medicina forneceram para estas temáticas. A consideração do papel assumido pela atividade jurisprudencial será igualmente abordada, atendendo que a concretização de algumas das soluções aventadas pelo legislador resultou, de forma significativa, desta atuação.

#### **. La ley de abandono de familia en España. Una lectura histórico-jurídica**

Mónica Soria Moya | Universitat de València

Al amparo de la dependencia de la mujer avalada por un ordenamiento jurídico decimonónico, contextualizamos el presente trabajo en la política legislativa familiar franquista. En concreto, en la ley de 12 de marzo de 1942 de abandono de familia o incumplimiento de los deberes de asistencia familia. Una ley que se presentaban como neutral, como medida de protección social de la familia, pero que restableció los fundamentos del conservadurismo al servicio del proyecto de familia patriarcal hasta su configuración en el código penal de 1944. Para ello, sobre la base de una revisión bibliográfica y el análisis de procesos judiciales incoados sobre el delito de abandono de familia y otros delitos afines, se tratará de analizar la orientación de la justicia priorizando la unidad familiar.

#### **. O pensamento jurídico de Elina Guimarães em diálogo com o seu tempo**

Diogo Figueiredo Perfeito Dias Ferreira | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

A Dr.<sup>a</sup> Elina Guimarães (1904-1991), jurista de invulgares méritos, apresentou uma riquíssima trajetória de intervenção cívica e social. Assumidamente feminista, produziu uma plêiade de vigorosas reflexões precipuamente dedicadas à situação da mulher e à sua posição na sociedade, posto que não olvidando outros assuntos igualmente candentes no contexto do tempo histórico em que viveu. Atento o alto interesse que lhe é ínsito, cremos pertinente propor, a título demonstrativo, uma revisitação crítica de alguns dos temas sobre que se espraçou a sua operosa actividade intelectual.

**# 8\_10h00\_ANF. 7\_\_\_\_\_ OS MÚLTIPLOS BRAÇOS DA ADMINISTRAÇÃO I**  
**Moderação: David Magalhães**

**. Apuntes de historia comparada de las instituciones de gobierno de Madeira y Canarias**

Gregorio Alayón Díaz | Facultad de Derecho, Universidad de La Laguna

En las postrimerías de la Edad Media algunos navegantes del sur de Europa se aventuraron a explorar el Océano Atlántico con la meta final de circunnavegar África y llegar a la India, Cipango y Catay. Así, a partir de relatos de navegantes mallorquines, italianos, portugueses o castellanos comienzan las referencias modernas a las islas de la Macaronesia. Fruto de estas expediciones, en un contexto de rivalidad entre Portugal y Castilla, durante el S.XV tiene lugar el poblamiento de Madeira por parte del reino de Portugal y la incorporación de Canarias a la corona de Castilla.

Poco después, con la apertura de las rutas transatlánticas hacia América, África y Asia, estos territorios periféricos y pobres adquirieron una extraña importancia al convertirse en la última escala hacía el Nuevo Mundo. El gobierno de estas islas se vió condicionado no sólo por ese contexto histórico sino por la realidad física de ambos archipiélagos que comparte muchos elementos biofísicos y geográficos comunes. En ese sentido, la arquitectura institucional de ambos archipiélagos se desarrolló de forma paralela y cuenta con numerosos puntos en común aunque también con divergencias. El objeto del presente trabajo es avanzar en el conocimiento de las instituciones de gobierno históricas de madeirenses y canarias de la Edad Moderna a través de un estudio histórico comparado.

**. La redefinición de la política demográfica en el virreinato del Perú a finales del s. XVI: precisiones terminológicas y perfiles jurídicos**

Francisco Javier Díaz Majano | Universidad de Castilla-La Mancha

La atención recibida por la práctica reduccional en el ámbito historiográfico aporta datos cuantitativos y detalles importantes sobre la realidad poblacional del Perú virreinal, especialmente con las profundas transformaciones introducidas durante el gobierno de Francisco de Toledo y la visita y reducción general. Desde un punto de vista estrictamente jurídico, la indefinición que presentan las instituciones implicadas, tanto en su contenido como en la designación, sigue presentando una dificultad importante para presentar adecuadamente la realidad indiana en la coyuntura de fin de siglo. Frente a los problemas de la generalización de las viejas encomiendas, la nueva política, favorecerá la concentración de la población acometida de manera decidida por Felipe II. Sin embargo, la correcta identificación de reducciones, encomiendas y repartimientos requiere conocer la situación de hecho a que se refieren y la

configuración del mecanismo institucional concreto. Junto a ello, los corregimientos y pueblos de indios, así como un amplio elenco de medidas sobre nuevas poblaciones y descubrimientos, suponen más engranajes con los que la maquinaria que la Monarquía hispánica dispondrá la manera de organizar a su población por todo el Virreinato, hasta donde estas políticas fueron realmente implementadas.

### **. Em ano de centenário: Camilo Pessanha jurista – trabalhos de natureza penal em Macau**

Luís Cabral de Oliveira | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Apesar de, no ano de 1894, ter desembarcado em Macau para desempenhar, primeiro, funções de professor do Liceu local e, alguns anos volvidos, de conservador do Registo Predial (ao que associava algum trabalho de advocacia), o jurista Camilo de Almeida Pessanha – cuja memória permaneceu sobretudo enquanto poeta, celebrando-se em 2026 o centenário da sua morte – também aí ocupou durante vários períodos o lugar de juiz substituto. E, tal como a obra poética de Pessanha foi coligida em *Clepsydra* por mãos alheias, boa parte dos escritos jurídicos que deixou e que o tempo poupou estão recolhidos, desde 1993, em coletânea organizada por Celina Veiga de Oliveira.

A análise desses textos, elaborados quer por Pessanha causídico, quer por Pessanha juiz – reflexo da aplicação de direito de matriz ocidental em terras da Ásia e da necessária articulação entre modelos portugueses e chineses em Macau –, sob uma perspetiva da historiografia jurídica, ainda se acha em grande medida por fazer. É esse esforço que me proponho começar a desenvolver, privilegiando os trabalhos de natureza penal.

### **. A História Jurídico-Constitucional. A Questão do ‘Tratado Desigual’**

Miguel Manero de Lemos | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Este texto incide sobre os primeiros períodos da história jurídico-constitucional do território de Macau. Em especial, ele traz novas contribuições em termos de delimitação desses diferentes períodos e da questão da validade do Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China celebrado em 1887. Conclui que, nos seus primórdios, a história jurídico-constitucional de Macau pode-se dividir nos seguintes períodos: (1) soberania chinesa plena (antes do estabelecimento dos portugueses em Macau); (2) período de soberania chinesa e exercício de soberania misto com ou sem reivindicações constitucionais portuguesas de soberania (do estabelecimento dos portugueses em Macau até à imposição de uma soberania *de facto* portuguesa em meados do século XIX); (3) período de soberania portuguesa *de facto* sem reconhecimento *de iure* chinês (de meados do século XIX ao Tratado de Pequim em 1887); (4) período colonial, para-colonial ou de soberania portuguesa limitada (de 1887 em diante).

|\_11h45\_\_Pausa para café

# 9\_12h15\_ANF. 6 \_\_\_\_\_ **CRIME E CASTIGO, DESVIO E DISCIPLINA I**  
**Moderação: António Brito Neves**

**. Casamento forçado no Direito Português: da Idade Média à codificação penal oitocentista**

Margarida Seixas | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Partindo do artigo 1.º, alínea c) da Convenção suplementar relativa à abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravatura, de 1956 (aprovada por Portugal em 1959), será explorada a temática do casamento forçado (a troca de uma compensação entregue à família da mulher) ou a venda e ou transmissão por herança de mulheres em contexto familiar, correspondendo estas práticas no ordenamento jurídico português actual ao crimes de casamento forçado e/ou escravidão, enquanto crimes contra a liberdade pessoal.

Embora este tipo de práticas transcenda em vários aspectos a exploração sexual destas mulheres, a mesma está sempre pressuposta, como intentarei demonstrar.

Tomando a prática do “casamento forçado” como análoga à escravidão, indagar-se-á da admissibilidade da sua utilização no plano da historiografia jurídica e, em caso afirmativo, caberá apurar em que medida o Direito português legitimou e permitiu ou limitou e proibiu, ao longo dos séculos, esta forma de negação da liberdade e autodeterminação sexual, explorando também os efeitos do casamento celebrado após o crime de violação, quer na previsão das Ordenações, quer na dos Códigos Penais de 1852 e 1886.

**. La evolución histórica del delito de bigamia: un análisis de su naturaleza jurídica**

Irene Climent Campos | Universidad de Valencia

El origen del delito de bigamia –al menos, el de los primeros pasos para considerar la bigamia como delito– se encuentra en Roma, ya desde los primeros tiempos del Imperio.

Fue Diocleciano el primero en considerar esta conducta como delito independiente,

introduciendo en la constitución la figura del crimen de bigamia en el año 285 d.C. A partir de este hito, la evolución del tipo penal se trasladó a las fuentes propias de nuestro derecho histórico. Así, este delito venía ya recogido en las antiguas leyes españolas: primero, en el Fuero Juzgo –donde sólo se castigaba de forma explícita en la mujer–, y, más tarde, en el Fuero Real y en Las Partidas.

En esta evolución legislativa y en su naturaleza jurídica cobra especial relevancia el derecho canónico, que obligó a distinguir el delito de bigamia del delito de adulterio; considerando al primero como un atentado contra el deber de fidelidad conyugal y al segundo como un “delicta carnis”. Atendiendo a esta cuestión, algunos autores, como Carpzovius, De Luca y Cremani, consideran el delito de bigamia como un “delicta carnis”. Otros, siguiendo a Carrara, lo califican como un delito contra la familia. Esta última tesis es la que siguen penalistas como Irureta Goyena y Ferrer Sama, quienes fundamentan la punibilidad de la bigamia en un atentado contra el matrimonio y, en consecuencia, contra la familia. En este sentido, se establece la siguiente secuencia: el orden, la estabilidad y la prosperidad de la sociedad se basan en la familia; la familia, en el matrimonio; y el matrimonio, en la monogamia. Se trata, en definitiva, de proteger la familia como un bien jurídico y como base sobre la que se sustenta y estructura la sociedad.

Ya a lo largo del siglo XX, la mayoría de los autores contemporáneos lo consideraban como un delito contra el orden de la familia. Así ocurría también en los Códigos Penales modernos del siglo XX. Por ejemplo, el italiano (1930), el federal suizo (1937) y el brasileño (1940). El trato de este delito en España – en cuanto a su naturaleza jurídica se refiere – difiere de los citados, al carecer nuestro Código Penal en esos momentos de un título común referido a todos los delitos contra la familia – en el Código Penal de 1822, así como en sus sucesivas reformas, el delito de bigamia se recogía como delito contra el estado civil de las personas –.

### **. Os crimes religiosos como crimes régios no Direito Português da Idade Moderna**

Luís Satúrio Pires | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Outrora, tal como hoje, a Igreja era suscetível de ser ofendida por qualquer indivíduo.

Assim, por um lado, se em princípio, apenas os crentes dispunham da capacidade para serem qualificados como hereges e apóstatas, por outro, qualquer pessoa poderia qualificar-se como blasfema, sacrílega, entre outras, enquanto tipologias especiais de ofensores da fé e dos ensinamentos cristãos.

Não obstante, apesar do facto de estes crimes religiosos serem, desde cedo, alvo de regulação pelo *Ius Commune*, a verdade é que, ulteriormente, vieram obter um lugar na legislação régia portuguesa, nomeadamente, passaram a integrar o Livro V das Ordenações Filipinas.

Ora, neste âmbito, a questão que colocamos diz respeito a saber qual foi o significado da integração deste grupo de delitos na legislação régia do período Moderno. E em igual medida, interessa-nos também perceber por que é que aqueles surgem “arrumados” somente nas Ordenações Filipinas e não nas anteriores.

Com efeito, de modo a responder às questões colocadas, pretendemos apresentar uma leitura progressiva do enquadramento normativo daqueles crimes. Leitura essa que se firmará nas fontes, o que também nos possibilitará reconhecer se existiu uma continuidade no tratamento jurídico daqueles delitos ou se, ao invés, se verificou uma rutura em determinado momento da História do Direito no período indicado.

De igual modo, e sem menosprezar o contributo dos autores da atualidade cujas obras versaram sobre esta matéria, recorreremos às áreas do saber auxiliares e complementares da História do Direito em geral.

Deste modo, esperamos apresentar um muito modesto contributo para a jurishistoriografia peninsular.

### **. La implementación del destierro ultramarino como castigo ejemplarizante contra infidentes novohispanos: algunas notas para su estudio**

Francisco Miguel Martín Blázquez | Centro Universitario de la Defensa (Zaragoza)

En esta comunicación proponemos una aproximación al estudio del destierro ultramarino como forma de castigo contra los sectores insurrectos en el virreinato de Nueva España durante los compases finales del conflicto insurgente. Félix María Calleja del Rey implantó esta forma de pena el año 1815, con destinos como Ceuta o las islas Marianas, y se recurrió a ella en especial contra objetivos que hubieran llevado a cabo actividades delictivas, en especial contra aquellas consideradas de infidencia: insurrectos, amotinados, participantes en levantamientos populares, criminales reincidentes, etc. A través del estudio de la tradición sobre el recurso al destierro en la Monarquía española y, más concretamente, en la propia Nueva España, dilucidaremos

las estrategias de utilización de esta pena como arma política, desarticuladora de estructuras de contestación política y social, los objetivos y alcances que tuvo, sus lógicas y dinámicas de aplicación a través de algunos casos localizados en la documentación, así como las resistencias ofrecidas por los entornos de los sujetos penados a través de esta fórmula. Con ello, trataremos de apreciar los resultados de la aplicación de reformas en relación con los usos y costumbres del castigo virreinal frente al descontento social y la oposición política causados por la guerra insurgente, poniendo en valor los efectos de los fenómenos de militarización y sumarización de la justicia que afectaron a este tipo de iniciativas.

## **# 10\_12h15\_ANF. 7 \_\_\_\_\_ OS MÚLTIPLOS BRAÇOS DA ADMINISTRAÇÃO II**

### **Moderação: Imanol Merino Malillos**

#### **. A Junta Política de Portugal: as facções cortesãs perante a sucessão da coroa lusa**

Ignacio Ezquerria Revilla | Universidade de Cantabria/ CEDIS

Pese a que la asimilación de la corona portuguesa por Felipe II (convirtiéndose en Filipe I de Portugal) formó parte de los parámetros patrimonialistas vigentes en la Edad Moderna, como es sabido el suceso formó parte destacada de la construcción historiográfica que acompañó la respectiva consolidación de las naciones portuguesa y española en el régimen liberal. Según estas interpretaciones, si para la primera el hecho implicó la pérdida de una independencia que sólo se recuperaría con la *Restauração* de 1640-1668 (lo que tenía mucho de contaminación presentista), para la segunda representó la máxima expresión de un Imperio “en el que no se ponía el sol”, al incorporar los territorios y rendimiento económico del Imperio Portugués a los del Hispánico. Análisis este último que no resultaba del todo fiel a los términos contenidos en el *Estatuto de Thomar*.

De unas décadas a esta parte tanto la historiografía portuguesa como la española han matizado tales lecturas de orden nacionalista, tendiendo a integrar el magno suceso de la sucesión de la corona lusa en las coordenadas del indicado contexto patrimonial, que fue la condición previa y necesaria para la ampliación del poder efectivo de Felipe II. Así, del lado español se puede destacar una circunstancia que no congraciaba completamente con una política de engrandecimiento arbitrario y deliberado, el agudo desacuerdo existente en torno a la cuestión entre las facciones políticas existentes entonces en la Corte Hispana, la *papista*, contraria a la sucesión de Felipe II, y la *castellanista*, favorable a ella.

Esta propuesta presenta ambas posturas en el seno de una institución convocada en febrero de 1579 para abordar un problema ante todo jurídico, al tocar el Derecho Sucesorio, pero a partir del cual se articulaba sobre todo la actuación política de la corona hispana, que incluía el potencial recurso a las armas para hacer valer los derechos sucesorios de Felipe II. Me refiero a la que se puede denominar Junta Política de Portugal, órgano conocido en líneas generales por la historiografía, si bien presentamos nuevos materiales primarios a partir de los cuales delinear la actuación en su seno de varios consejeros letrados de diferente orientación política, que guiaron su evolución desde la vigencia inicial de la postura *papista* hasta la imposición final de la *castellanista* y la elección de las armas para decidir la cuestión.

## **. Los Alcaldes ordinarios en las tres provincias vascas. Lógicas y modalidades de elección en el siglo XVIII**

Asier Beitia Martín | Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

En el siglo XVIII, las tres provincias vascas presentan un corpus administrativo distinto. En la provincia de Guipúzcoa, la amplia difusión de las villas realengas conduce a una relativa homogeneidad administrativa en comparación con la provincia de Álava y el Señorío de Vizcaya. En Álava, la formación de las Hermandades y las Cuadrillas, así como la enorme presencia de territorios señoriales y la ingente cantidad de aldeas o lugares trae como resultado una mayor diversidad territorial. Heterogeneidad que también se constata en el Señorío de Vizcaya, compuesto por la tierra llana, las villas, el Duranguesado y los concejos de las Nobles Encartaciones. Partiendo de esta distinta composición provincial, en el presente trabajo se tratará de (a) identificar qué poblaciones o municipios cuentan con la figura del Alcalde ordinario, y (b) estudiar las distintas modalidades de elección del Alcalde ordinario en los municipios que componen las tres provincias vascas (las cuales pueden variar desde los distintos tipos de insaculación, el nombramiento de los cargos locales por parte de las autoridades salientes, la asignación directa por parte del regidor, etc.) para intentar identificar las distintas lógicas que subyacen en los procedimientos de elección local. Para ello, se emplearán, ante todo, las múltiples ordenanzas municipales que estuvieran vigentes en el siglo XVIII. En definitiva, se trata de saber dónde se encuentra o ubica la figura del Alcalde ordinario en cada una de las provincias vascas, para estudiar a continuación cómo es elegido para desempeñar su cargo.

## **. Fronteras, jurisdicciones y saberes normativos. A propósito de España y el derecho de protección en Oriente, siglos XIX-XX**

Iván Pastoriza Martínez | Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

Esta ponencia indaga en la transformación de saberes jurídicos relativos a migración, asentamiento y colonización en la España de finales del siglo XIX y principios del XX. En este aspecto, se persigue dialogar con las teorías críticas que propugnan la revisión de las categorías migratorias del Estado liberal, naturalizadas en todos los órdenes del pensamiento en el transcurso del siglo XX. Ello plantea el reto de revisar la historia de algunos fenómenos sociales reglamentados por el naciente derecho internacional privado, como la movilidad de grupos culturalmente diversos o la formación de fronteras legales, en un sentido más amplio que la demarcación territorial (como puede ser la regulación de la entrada, la residencia y el fuero personal). Para un primer acercamiento, nos centraremos en ciertos autores y espacios intelectuales de fines del siglo XIX que abordaron aspectos como la relación entre movilidad internacional, economía política y orden público, o la pervivencia de jurisdicciones extraterritoriales que prolongaban la soberanía del Estado más allá del propio territorio.

Con este fin, fijamos especial atención en la “cuestión de los *protegidos*” o del “derecho de *protección*” en Oriente, es decir, el reconocimiento de una forma de jurisdicción consular en el norte de África y el Mediterráneo oriental que, además de vincular a los residentes occidentales, podía extenderse a muchos sujetos y familias nativas a su cargo. Estamos ante una auténtica aplicación extraterritorial de la ley sobre grupos de población autóctonos que perduró hasta bien entrado el siglo XX. Esta práctica internacional marcadamente desigualitaria condicionó las relaciones de España con el Imperio otomano y el sultanato de Marruecos de forma indeleble, y puede arrojar interesantes reflexiones en relación con los aspectos migratorios antes destacados. De este modo, interesa contrastar el tratamiento de esta práctica como

situación especialísima y propia de la relación con las naciones islámicas, con otros problemas llamativos de su tiempo histórico, como la trayectoria y percepción del *fuero de extranjería* en España (otra vieja práctica de protección con efectos políticamente desestabilizadores) o la reacción ante ciertos conflictos jurisdiccionales en el Caribe con motivo de la intervención norteamericana. Estas distintas geografías jurídicas pueden ayudarnos a identificar las aporías de la percepción migratoria hegemónica en la España de fin de siglo.

## **. La indefinición normativa e institucional de las Diputaciones provinciales durante la Segunda República**

Joan Ramon Alcaide | Facultat de Dret de la Universitat de València

La proclamación de la Segunda República abrió la puerta a un proceso de descentralización política que debía articularse a través del llamado Estado integral, una fórmula intermedia entre los modelos unitario y federal clásicos. El papel que la provincia —como estructura— y las Diputaciones —como organismos— desempeñarían dentro de aquél, sin embargo, nunca llegó a definirse con claridad. Junto a la escasa duración de la experiencia republicana, esta incertidumbre jurídica e institucional vino motivada por dos factores: de un lado, la insuficiente regulación contenida en la Constitución de 1931 al respecto; del otro, la falta de promulgación de una nueva ley provincial que, derogando la legislación heredada de los regímenes anteriores, adaptase este nivel de la Administración a la realidad democrática.

Fruto de esta indefinición, las Diputaciones provinciales quedaron sumidas en una lógica de improvisación e interinidad que, aunque concebida inicialmente como transitoria, se prolongaría durante todo el período republicano. Las comisiones gestoras constituidas en abril de 1931 para asumir, de modo provisional, el despacho ordinario de las corporaciones hasta la aprobación de un nuevo marco regulatorio y la celebración de elecciones terminarían perpetuándose hasta el estallido de la guerra. Tras el golpe de julio de 1936, la realidad desbordó el frágil sistema institucional establecido y, en la retaguardia republicana, surgieron nuevos centros de poder de base popular y revolucionaria que asumieron, de facto, las funciones propias de las Diputaciones. En diciembre de ese mismo año, en un intento por retomar el control y recuperar la iniciativa política, el gobierno de Largo Caballero creó los consejos provinciales o interprovinciales, que, pese a su vocación nuevamente transitoria, desplazaron, de forma definitiva, a las viejas corporaciones decimonónicas hasta la terminación del conflicto.

La comunicación analizará esta indefinición normativa e interinidad institucional que imperó sobre las provincias y Diputaciones provinciales españolas entre 1931 y 1939.

| 14h00\_\_Almoço

# 11\_15h00\_ANF. 6\_\_\_\_\_ **CRIME E CASTIGO, DESVIO E DISCIPLINA II**

**Moderação: Míriam Afonso Brigas**

## **. El delito de asociación ilícita en España. Un análisis de su evolución jurisprudencial entre finales del siglo XIX y principios del XX**

Santiago Gutiérrez Jaramillo | Universidad Complutense

El derecho de asociación política constituye uno de los pilares fundamentales sobre los que se asientan nuestras democracias liberales actuales. La premisa filosófica en la que el mismo se inspira, sin embargo, no dispuso de un nacimiento pacífico e inequívoco. Y, de hecho, la complicada relación entre la noción de voluntad general y su posible fraccionamiento, entre un sujeto soberano homogéneo y sus diferentes expresiones; se erige en fiel reflejo de las contradicciones internas del liberalismo político decimonónico. Su evolución se expresa en distintos momentos clave de la historia de España.

Comenzando con la revolución española de 1868, sea esta, por un lado, coherente con las premisas liberales o, por otro, la afirmación de una nueva doctrina política; no hay duda de que, a través de sus sucesivas disposiciones legales, desde la Constitución de 1869 hasta el Código Penal de 1870, aceptó y reguló la libertad de asociación política en clave liberaldemocrática.

Años después, tras la frustración de la primera experiencia republicana, con la consecuente construcción de un Estado liberal en clave conservadora, el nuevo régimen fijó una concepción alternativa del derecho de asociación política, marcando unos límites diversos y una comprensión diferente de su naturaleza.

Y lo mismo podemos decir, con mayor énfasis, con la llegada del siglo XX español. Dos caminos, también en Europa, podía tomar el legado del liberalismo decimonónico: su profundización/reforma en un sentido social y democrático; o su negación, a través de la dictadura y el fascismo. En este sentido, la Segunda República española asumió la división partidista de masas articulada, y la expresión asociativa del conflicto capital-trabajo en sus textos constitucionales y penales. El golpe de Estado de 1936 y la posterior Dictadura concibieron una expresión jurídica de la libertad de asociación que pasaría por el filtro de un nacionalismo esencialista leído en clave antiliberal y anticomunista.

La regulación del delito de asociación ilícita nos explica, por lo tanto, la concepción que de la libertad de asociación política (y, por extensión, de los principios fundamentales del nuevo orden liberal, además de sus reformadores y de sus enemigos) se ha tenido en cada momento histórico, en cada régimen político. A través del análisis de una serie de sentencias del Tribunal Supremo podemos entender la construcción del objeto penal, la técnica jurídica utilizada, y la misma comprensión de la naturaleza del delito y sus límites.

### **. História de um tratamento poco giusto e meno ospitale: os projetos de Codice Penale e Codice di Procedura Criminale de Giovanni Carmignani (1836) no contexto da codificação portuguesa oitocentista**

Carmela Arianna Martone Mateus | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Desde os meados do século XVIII, ainda que com uma deliberada intensificação no século XIX, o movimento codificador que investiu a Europa ocidental sintetizou-se na elaboração de corpos legislativos, aos quais se pretendeu conferir uma sistematização e orgânica mais ou menos científica. O processo etiológico destas codificações foi longo e extremamente complexo. Portugal não foi exceção nesta onda reformista legalista, tendo iniciado o seu processo codificador interno, ainda na primeira metade do século XIX, na área do direito comercial e administrativo.

As vicissitudes ligadas à codificação em matéria penal seguiram um rumo diferente, desassossegado até, tendo o primeiro Código Penal sido publicado somente em 1852. A legislação penal adjetiva, todavia, permaneceu por longuíssimo tempo estagnada no velho sistema do Livro V das Ordenações Filipinas, substituído pelas Reforma Judiciária de 1832, Nova Reforma Judiciária de 1836-1837 e Novíssima Reforma Judiciária de 1841, vigorando esta última até ao ano de 1929 aquando da publicação do

Código de Processo Penal pelo Decreto n.º 16.489, de 15 de fevereiro. Até lá, inúmeras foram as tentativas de revisão da legislação processual criminal.

A comunicação proposta visa apresentar uma leitura contextualizada do "Projeto de código processual penal" apresentado às Cortes pelo lente toscano Giovanni Carmignani, na sequência de um concurso público proposto pelas próprias Cortes no ano de 1835 através do qual solicitaram-se propostas de código penal e de processo penal.

Carmignani ofereceu um projeto de código penal e um de código de processo penal, ambos inspirados pelos princípios da Leopoldina de 1786, o código com a qual se reformou o processo criminal no território do Granducato di Toscana, o primeiro estado a abolir a pena de morte. Os textos legislativos demonstravam, igualmente, um profundo conhecimento da realidade política e jurídica portuguesa. Todavia, não obstante a evidente qualidade do trabalho oferecido, o modelo Leopoldino não convenceu o legislador português, que recusou o projeto.

## **. O Julgamento Popular de José Diogo**

Duarte Meneses Marçal | Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

O trabalho propõe uma análise do "juízo popular" de José Diogo, ocorrido em 1975, no contexto do Processo Revolucionário em Curso enquanto fenómeno de tensão entre normatividade jurídica e práticas revolucionárias na justiça.

Partindo do homicídio de Columbano Líbano Monteiro e da absolvição de José Diogo in absentia por um tribunal popular organizado por estruturas político-sociais, bem como do subsequente prosseguimento do julgamento nos tribunais judiciais, o estudo procura lançar luz sobre um episódio singular da história da justiça portuguesa. A análise incide sobre a tensão entre justiça institucional e juízo popular no contexto do PREC, tomando o caso José Diogo como objeto.

Numa abordagem que cruza a história do Direito com a história das instituições, o trabalho pretende tomar como exemplo um momento específico da história recente portuguesa para mostrar como os momentos de ruptura se inserem na história judicial portuguesa. Metodologicamente, procede-se a uma leitura crítica de fontes documentais e narrativas contemporâneas, visando problematizar a relação entre legitimidade institucional e revolucionária em contexto de rutura político-social.

## **# 12\_15h00\_ANF. 7\_\_\_\_\_A PROPÓSITO DEL V CENTENARIO DEL CONSEJO DE ESTADO: REFLEXIONES ACERCA DE SU PAPEL EN LA CONSTRUCCIÓN DEL ESTADO ADMINISTRATIVO ESPAÑOL (1845-1904)**

Coord.: Antonio Manuel Luque Reina

La conmemoración del V centenario del Consejo de Estado invita a la reflexión y al estudio de una institución central en el gobierno de la monarquía hispánica en los siglos modernos y contemporáneos. Aunque existe un consenso historiográfico muy extendido sobre la enorme importancia del más alto cuerpo consultivo de los monarcas católicos a lo largo del Antiguo Régimen, no puede decirse lo mismo en lo que respecta a la historia de los varios Consejos (Reales y de Estado) que siguieron a la crisis dinástica que desembocó en el experimento constitucional gaditano hace algo más de dos siglos.

La presente propuesta de panel se inserta en una línea historiográfica que lleva años señalando hacia el rol clave que el Consejo Real/de Estado jugó en la configuración

del Estado liberal y administrativo español a través de su extensa y rica jurisprudencia consultiva. Basadas en el estudio de los fondos archivísticos del Consejo de Estado, las tres comunicaciones que aquí se presentan proponen acercamientos particulares y complementarios que buscan realzar perfiles hasta ahora poco conocidos de una corporación que ha ocupado un lugar muy discreto en una historiografía del Estado española acostumbrada a reconstruir su silueta institucional desde los manuales y tratados de derecho público puestos en circulación precisamente a lo largo del siglo XIX.

Así, en primer lugar, la propuesta de Gabriel Ángel García Benito, partiendo del examen de los expedientes del Archivo del Consejo de Estado y de diferentes diputaciones provinciales, se acerca a la formación casuística de la responsabilidad de los empleados públicos a través del análisis de las “contiendas de competencias” y de la autorización para procesar. Para ello, el autor se aleja de las concepciones propias de la historiografía liberal sobre la génesis del derecho de la administración para entroncar con una visión del Ochocientos español que enfatiza las pervivencias premodernas tales como el ejercicio jurisdiccional del poder o la existencia de cuerpos intermedios concebidos como sujetos portadores de derechos propios y como medios de gobierno.

En un sentido similar y en segundo lugar, Fernando Jiménez Colorado amplía ligeramente el foco proponiendo una investigación que pretende acercarse a todo lo que pudo dar de sí la expansiva y absorbente noción de “lo administrativo” en la resolución de expedientes provocados también por conflictos de competencias entre autoridades administrativas y judiciales (1845-1904). En un estudio que tendrá como parteaguas la reflexión que en el seno del Consejo de Estado en torno a 1870 provocó el insatisfactorio procedimiento de resolución de conflictos de jurisdicción y atribuciones entre autoridades, el autor propondrá redimensionar ese procedimiento en el largo proceso de consolidación del Estado administrativo en España en una cronología que entra de lleno en el siglo XX.

Por último, la contribución de Antonio Manuel Luque Reina quiere colmar un vacío historiográfico muy específico provocado también por una lectura poco sensible con las lógicas del orden normativo decimonónico. Así, la propuesta aprovecha la falta de necesidad de publicación de las normas que rigió hasta la entrada en vigor del Código Civil para ofrecer un estudio de los dos primeros reglamentos de régimen interior del Consejo Real que por esa misma razón han permanecido desconocidos hasta la fecha. El trabajo sostiene que el estudio de ambas normas permite alumbrar ámbitos de una práctica consultiva que de manera transversal acompañó a la estabilización del modelo moderado de administración pública asentado en España a partir de la mitad del siglo XIX.

**. Justicias frente a Administración (1845-1870): la formación de la responsabilidad de los empleados públicos a través de las «contiendas de competencias» y la autorización para procesar**

Gabriel Ángel García Benito | Universidad Autónoma de Madrid

**. La creación de "lo administrativo" a través de las consultas del Consejo Real/de Estado (1845-1904): una propuesta de investigación**

Fernando Jiménez Colorado | Universidad Autónoma de Madrid

**. Los primeros Reglamentos de Régimen Interior del Consejo Real (1846-1848): una lectura inédita de la consolidación de las prácticas consultivas decimonónicas**

Antonio Manuel Luque Reina | Universidad Autónoma de Madrid

|\_16h20\_\_\_Pausa para café

# 13\_16h30\_ANF. 6 \_\_\_\_\_ **OS MÚLTIPLOS BRAÇOS DA ADMINISTRAÇÃO III**

**Moderação: Jorge Silva Santos**

### **. O "teste Glucksberg". A História do Direito ao serviço do equilíbrio constitucional**

David Magalhães | Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

A jurisprudência norte-americana tem atribuído um conteúdo substantivo às cláusulas de "due process of law" da Constituição federal, considerando que estas protegem direitos fundamentais, ainda que não expressamente previstos no texto constitucional.

Um importante desenvolvimento na matéria assomou no acórdão *Washington v. Glucksberg*, 521 U.S. 702 (1997): com precedentes em decisões como *Moore v. City of East Cleveland*, 431 U.S. 494 (1977), *Bowers v. Hardwick*, 478 U.S. 186 (1986) ou *Michael H. v. Gerald D.*, 491 U.S. 110 (1989), o Supremo Tribunal dos Estados Unidos considerou que a cláusula de "due process" da XIV Emenda apenas protege direitos cujo conteúdo tenha raízes profundas na história e tradições nacionais. In casu, recusou-se tutela constitucional ao suicídio assistido, nada impedindo o legislador ordinário de o proscrever.

Este "teste Glucksberg" foi recentemente aplicado pelo acórdão *Dobbs v. Jackson Women's Health Organization*, 597 U.S. 215 (2022), que revogou a célebre jurisprudência firmada em *Roe v. Wade*, 410 U.S. 113 (1973) e *Planned Parenthood v. Casey*, 505 U.S. 833 (1992), e, por conseguinte, recusou a existência de um direito fundamental ao aborto, sem arrimo na história e nas tradições jurídicas do país.

A finalidade precípua do "teste Glucksberg" não é outra senão a de evitar que subjectivismos e preferências políticas do julgador retirem da liberdade de conformação do legislador democrático o que a lei fundamental não pressupõe, e, por isso, não protegeu. Destarte, a análise jurídico-histórica é chamada a desempenhar um papel relevantíssimo ao serviço do equilíbrio constitucional, permitindo destrinçar aquilo que pode ser acolhido, ou não, como direito fundamental ou como conteúdo de um direito fundamental. O que se reveste de capital importância, mesmo no sistema português, perante formulações como a do "direito ao desenvolvimento da personalidade" (n.º 1 do art. 26.º CRP) e a propósito de temas como, v.g., o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto, a eutanásia, a "identidade de género" ou o lenocínio.

### **. Do Estado Burocrático ao Estado Plural: Desafios Metodológicos da Administração Pública no Século XXI**

Fabiano Bastos Garcia Teixeira | JusGov. Universidade do Minho

A trajetória histórica da Administração Pública revela uma transformação profunda: do modelo burocrático clássico, estruturado na rigidez normativa e na centralidade do Estado, avançou-se para um cenário em que a ação administrativa se desenvolve em meio a múltiplas ordens normativas, atores diversos e demandas sociais cada vez mais complexas. Essa passagem do Estado burocrático ao Estado plural não representa apenas uma mudança institucional; ela exige uma revisão metodológica capaz de compreender a

Administração Pública como um espaço de decisões situadas, dialogadas e orientadas à realização concreta do Direito.

No modelo burocrático tradicional, a legalidade estrita funcionava como eixo exclusivo da atuação administrativa. A previsibilidade, a hierarquia e a formalidade eram vistas como garantias suficientes para assegurar o interesse público. Contudo, no século XXI, esse paradigma mostra-se insuficiente. A Administração Pública opera hoje em um ambiente plural, no qual as normas constitucionais, leis nacionais, regulamentos internacionais, padrões técnicos, diretrizes supranacionais e expectativas sociais coexistem e interagem. Esse pluralismo jurídico não é um fenómeno periférico, mas uma característica estrutural da experiência administrativa contemporânea.

Diante dessa complexidade, torna-se evidente que a metodologia jurídica tradicional, centrada na aplicação mecânica da lei, não oferece respostas adequadas. É necessário adotar uma abordagem problemático-concreta, capaz de reconstruir o sentido jurídico a partir dos desafios reais enfrentados pela Administração. Essa metodologia exige que o intérprete considere o contexto histórico, os valores constitucionais envolvidos, os impactos práticos das decisões e a necessidade de harmonizar diferentes ordens normativas. Em vez de reduzir o Direito a um sistema fechado, ela reconhece que a prática administrativa é atravessada por conflitos, tensões e escolhas que demandam responsabilidade e racionalidade prática.

Nesse quadro, o estudo da evolução histórica da Administração Pública em Portugal representa relevante contributo para uma melhor compreensão do pluralismo jurídico. O desafio metodológico do século XXI consiste justamente em integrar história, normatividade e prática, reconhecendo que o Estado plural exige uma hermenêutica mais sensível, flexível e comprometida com a efetividade do Direito.

### **. A Lei-Quadro das Privatizações: prolusões em torno de transformações jurídico-ideológicas no final do século XX em Portugal**

Filipe de Arede Nunes | CIDPCC, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 ficou intensamente marcada pela sua dimensão compromissória. Por um lado, materializou a procura de convergências num contexto pós-revolucionário e de incerteza política e, por outro, ecoou o espírito socializante da época. Na sua versão originária, apesar do debate pouco pacífico na Assembleia Constituinte, o artigo 83.º da CRP (Nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974) determinou que todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 eram conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras (vide, n.º 1). Apesar das tentativas existentes, não foi possível, na revisão constitucional de 1982, suprimir ou atenuar o conteúdo do artigo 83.º da CRP. Todavia, no dia 14 de Outubro de 1988, em pleno processo de revisão da Constituição (concretizado em 1989) e à margem da actividade parlamentar, os dois maiores partidos (PSD e PS) um Acordo de Revisão Constitucional que marcou, indelevelmente, o debate político-jurídico e que, entre muitas outras alterações que haveriam de marcar a revisão constitucional de 1989, permitiu eliminar o princípio da irreversibilidade das nacionalizações.

Com a revisão constitucional de 1989 o artigo 83.º passou a artigo 85.º. Este, no seu n.º 1, passou a estabelecer que a «reprivatização da titularidade ou do direito de

exploração de meios de produção e outros bens nacionalizados depois de 25 de Abril de 1974 só poderá efectuar-se nos termos da lei-quadro aprovada por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções». Paralelamente, importa destacar que, na mesma revisão constitucional foi, ainda, aditado um novo artigo 296.º (Princípios para a reprivatização prevista no n.º 1 do artigo 85.º) através do qual se predeterminou o conteúdo da futura lei-quadro. Pouco tempo depois de concluída a revisão constitucional de 1989 deram entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 121/V/3 e o Projecto de Lei n.º 441/V/3 (iniciativa do PS). Estas iniciativas legislativas concretizaram-se na Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei-Quadro das Privatizações) que materializou novas opções filosóficas (sobretudo acerca da dimensão e do peso do Estado na economia) em torno do modelo de sociedade português e enquadram-se num processo mais amplo de profunda transformação ideológica através do qual se procurava superar a perspectiva socializante que dominou a política nacional no período imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974. Procura-se, com esta investigação, encontrar nas fontes primárias disponíveis as mutações ideológicas que justificam as profundas alterações introduzidas no quadro legislativo sobre esta matéria.

**# 14\_16h30\_ANF. 7 \_\_\_\_\_ ARQUITECTURAS DE PODER Y PLURALISMO JURÍDICO:  
MECANISMOS DE PACIFICACIÓN Y LEGITIMACIÓN INSTITUCIONAL EN LA PENÍNSULA  
IBÉRICA MEDIEVAL Y MODERNA**

Coord.: Pere Ripoll Sastre

Este panel se inscribe en el marco del proyecto de investigación "Respuestas jurídicas hábiles a conflictos sociales complejos (siglos XII-XX)" (RESPONSIONES), y pretende analizar cómo la pluralidad de centros de poder en la península ibérica generó soluciones institucionales creativas entre los siglos XIV y XVIII. A través de un análisis comparado entre Cataluña y Galicia, se explora cómo el pluralismo jurisdiccional, la performatividad del poder y el derecho corporativo funcionaron como herramientas de legitimación y pacificación ante la complejidad social del Antiguo Régimen.

A tal propósito, una ponencia examinará la irrupción del dualismo político en la Cataluña del trescientos, y analizará cómo la "comunidad general" arrebató esferas de poder a la corona, consolidando a la Diputación del General como una institución clave. Este proceso se fundamentó en un pluralismo jurisdiccional donde el conflicto entre la monarquía y las instituciones del país se resolvió mediante la creación de una justicia con competencias exclusivas, sentando las bases de uno de los pilares del constitucionalismo antiguo catalán.

Otra ponencia profundizará en la performatividad e iconografía del poder a través de la Cofradía de Sant Jordi de Barcelona en la Edad Moderna, analizando cómo esta corporación, vinculada a la Generalitat, utilizó el monopolio del honor caballeresco y la regulación de la masculinidad (mediante justas y torneos) para legitimar la institución ante la sociedad. Aquí, el derecho corporativo operó como un mecanismo de pacificación social, transformando la potencial violencia de los linajes nobles en una competencia reglada y simbólica que reforzaba la cohesión del estamento militar frente a otras jurisdicciones.

Finalmente, contaremos también con una ponencia que trasladará el análisis al escenario de Galicia, caracterizado por un marcado orden señorial y eclesiástico. En este contexto, el pluralismo jurisdiccional se manifiesta en el solapamiento de competencias entre prelados y tribunales reales. La falta de un marco codificado obligó a los actores

a recurrir a la invocación de privilegios y a la casuística, revelando que la resolución de conflictos no dependía de normas generales, sino de una constante negociación y resistencia dentro de una cultura jurídica plural.

En conclusión, este panel pretende demostrar que las instituciones políticas y jurídicas analizadas no fueron estructuras estáticas, sino entes dinámicos erigidos como cauces necesarios para la resolución de controversias en sociedades crecientemente complejas. Los casos expuestos revelan cómo el pensamiento y la argumentación jurídica —desde la lógica del constitucionalismo antiguo hasta la casuística judicial— permitieron cambios de paradigma en la gestión del conflicto, apoyándose en la tenacidad de agentes resolventes que buscaron soluciones a través de mecanismos como las ordinales corporativas o la mediación institucional. En última instancia, el análisis de estos conflictos resueltos hábilmente mediante el derecho permite cerrar el círculo argumentativo del proyecto: observar cómo soluciones puntuales a tensiones jurisdiccionales o estamentales fueron encauzadas hacia un derecho general y prácticas de gestión que, más allá de la mera norma, lograron un progreso social y una estabilidad institucional duradera.

**. Conflictos de poder en la Galicia moderna: pautas para su análisis y comprensión**

Mónica Fernández Armesto | Universidade de Santiago de Compostela

**. The Confraternity of Saint George as an institutional response fostering noble cohesion in early modern Catalonia**

Cornel-Peter Rodenbusch | Universitat Pompeu Fabra (Barcelona)

**. Arrancarle poder al rey en la Cataluña del trescientos: entre la confrontación y la cooperación política**

Pere Ripoll Sastre | Universitat Pompeu Fabra (Barcelona)

|\_18h00\_Anf. 7\_\_\_Assembleia Geral e Sessão de Encerramento do VI Encontro HLHD

\* A sessão inaugural é de entrada livre, sujeita a inscrição: EHLHD2026@fd.ulisboa.pt

O VI Encontro Hispano-Luso de Historiadores do Direito é organizado pelo Grupo de Investigação **Direito em Análise - Oficina de Antropologia, História e Sociologia das Práticas e Representações Jurídicas** do **Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais** da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O **CIDPCC** está metodologicamente orientado para a desconstrução das categorias dogmáticas e jurisprudenciais tradicionais em Direito Criminal, retirando da Ciência e da Filosofia conhecimentos sobre o comportamento humano. Esta análise crítica tem como objetivo influenciar os padrões de justiça e contribuir para outras reflexões sobre o comportamento humano comunicativo.

O **CIDPCC** está focado num processo contínuo de adaptação e reforma dos critérios jurídico-penais, nomeadamente, através: i) da discussão sobre o significado e relevância dos estados mentais (incluindo o “inconsciente” e as perturbações mentais) no contexto da responsabilidade penal; ii) do confronto entre os critérios da prática médica e os critérios jurídico-penais; iii) de novas abordagens aos crimes sexuais; iv) da desconstrução da teoria do crime e IA; v) do desenvolvimento de um garantismo processual penal europeu; vi) do papel da arte na compreensão e nas soluções do crime.

A orientação metodológica do **CIDPCC** pode ser sintetizada em dois traços fundamentais: 1) abordagem interdisciplinar da sua investigação; 2) necessidade de conceitos e práticas jurídicas inovadores nos seus objetivos e resultados. Através desta metodologia de investigação, o CIDPCC gera novos temas de investigação, atraindo novos investigadores de várias origens, como historiadores do direito, filósofos, médicos, psicólogos e artistas.

A **Oficina Direito em Análise** tem por pressuposto a índole artificial, contingente, histórica, plástica e sociocultural de todos os fenómenos jurídicos, bem como da própria ideia de Direito, nas suas várias declinações, e a impossibilidade de analisar o Direito e a ciência que o anima sem os ensinamentos de outras práticas e saberes.

A **Oficina Direito em Análise** assume, nas discussões teórico-metodológicas e na prática científica, a abordagem interdisciplinar característica do CIDPCC e rejeita a efectiva autonomia de quaisquer práticas e representações jurídicas, em especial as que se centram em discursos relativos a disciplina e desvio, liberdade e igualdade, público e privado, processo e juízo, crime e pena.

As actividades de investigação desenvolvidas na **Oficina Direito em Análise** têm por denominador comum, no estudo dos fenómenos jurídicos, em especial nos que tomam por cenário os contextos político-legislativo, académico-científico e judicativo-jurisdicional, o recurso crítico aos conceitos analíticos e às teorias em uso nas ciências sociais contemporâneas e por objectivo a identificação das condições de possibilidade, dos sentidos e dos limites dos discursos através dos quais o Direito é produzido e a convivência humana é tentativamente ordenada.

\_\_\_\_\_www.idpcc.pt\_\_\_\_\_idpcc@fd.ulisboa.pt\_\_\_\_\_